



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 14 | Nº. 27 | Jul./Dez. de 2022

AS INDEPENDÊNCIAS DO BRASIL: atores, conflitos e projetos.

Neste ano do bicentenário da independência do Brasil foram muitas as discussões e publicações por parte da historiografia. De forma geral, a produção atual tem tentado demonstrar a diversidade das experiências históricas no interior do processo estrutural das Revoluções Atlânticas, especificamente da independência do Brasil. A importante pluralização e complexificação desse processo têm sido feita por meio do questionamento a respeito da forma como as regiões, localidades e grupos sociais pensaram e agiram dentro dele. A riqueza dessa produção tem permitido reavaliar a atuação de diferentes grupos, como indígenas, mulheres, africanos escravizados e livres, pobres, estrangeiros, entre outros, que se apropriaram e atuaram dentro desse contexto.

Foi nesse sentido que a Revista Historiar propôs o presente dossiê, no qual buscava contribuir para essa pluralização, possibilitando ampliar as discussões e nosso conhecimento sobre o processo de independência, bem como suas consequências de curto, médio e longo prazo. Igualmente, pretendia abrir um

espaço para pensar a forma como a independência foi representada ao longo do tempo, especialmente durante o centenário de 1922, ocasião em que novas interpretações, a partir das demandas do seu presente, impuseram-se na análise do processo histórico.

O texto que abre o dossiê, de Tyrone Apollo Pontes Cândido, chamado **“O levante dos cerca-igrejas: atuação plebeia no Cariri cearense nos tempos da independência”**, evidencia a importância de olhar detidamente para as múltiplas realidades desse processo. Em diversas vilas do Cariri cearense, pessoas chamadas de “cabras” e “mulatos forros” cercavam as igrejas para impedir o juramento à constituição que estava sendo elaborada em Portugal, decorrência da chamada Revolução do Porto de 1820. Entre outras questões, o autor discute a visão racializada das elites, o medo da “desordem” e da “anarquia” devido à participação de grupos subalternizados e o suposto conservadorismo dos mesmos. Destaca, porém, como estes grupos devem ser tratados como sujeitos políticos ativos, apresentando demandas e expectativas próprias sobre a sua liberdade em um cenário político conturbado, permitindo entender a forma como algumas camadas subalternizadas da sociedade tomaram parte nas lutas de independência na província do Ceará.

A aposta de Raissa Gabrielle Vieira Cirino, no texto **“De ‘antigos vassalos militares’ a ‘primeiros cidadãos’ da Independência: os potentados da vila de Santo Antônio de Alcântara (Maranhão) e sua participação no Império do Brasil (c. 1740 - c. 1850)**, é demonstrar que as experiências gestadas no gradual processo de construção do novo estado imperial foram marcadas por uma cultura política anterior. As estratégias sociais e políticas do grupo investigado pela pesquisadora apontam que as famílias de elite estabelecidas em uma das principais vilas da província há muito se baseavam na conquista de patentes militares para garantir seu *status* e outros privilégios. A difusão dos ideais constitucionais, assim como a ascensão de movimentos políticos que estimularam mudanças nos regimes, demandou adaptações para garantir que as posses e *status* não se diluíssem. Por isso, o redirecionamento de carreiras militares para a conquista de um diploma em leis foi essencial. Tais observações confirmam diferentes trabalhos sobre a atuação das elites políticas no Brasil Império, mas ganham novas nuances ao lembrarmos que a província do Maranhão foi a penúltima a “aderir” à Independência. Assim, a classificação como “primeiros cidadãos” indicia que esses homens buscavam se desvencilhar da

desconfiança da Corte sobre sua atuação anterior e garantir a conquista de outros patamares políticos.

Flaviana Silva, por sua vez, no texto intitulado **“Diário de uma viagem ao Brasil: a narrativa de Maria Graham sobre o processo de Independência (1821-1823)”**, procura elucidar a narrativa de Maria Graham sobre o processo de Independência através da análise do diário de viagem da autora. Problematizando e discutindo a condição social da viajante, como mulher branca, alfabetizada e inglesa, bem como sua inserção em redes de sociabilidades nas quais se inseriam políticos portugueses, comerciantes ingleses e mesmo a família real, Flaviana nos demonstra a riqueza das memórias de Graham para a historiografia brasileira, especialmente quando mobilizada a partir do conceito de gênero. Como diz a autora, pensar na trajetória e nos escritos de Maria Graham permite discutir “acerca das possibilidades e dos limites das mulheres escritoras no século XIX, sobretudo durante o período de formação do Estado brasileiro”¹.

Nas últimas décadas a historiografia tem analisado com particular atenção os periódicos publicados nas mais diferentes regiões do Brasil. A prática da publicação de jornais, e sua importância política inestimável, confunde-se com os processos políticos em que ela se inseria e para o qual se destinava. O contexto da independência alimentou e foi alimentado pelo periodismo, que gradualmente inaugurava novas formas de pensar, discutir e praticar a política. Simultaneamente, representava para muitos homens de letras uma possibilidade de ascensão social. O uso da imprensa, nesse sentido, recobria uma diversidade de objetivos, permitindo aos indivíduos envolvidos costurarem suas opiniões e projetos políticos com seus objetivos pessoais de ganhos econômicos, cargos, prestígio e reputação.

O papel da imprensa pode ser observado por meio de dois artigos em especial. No primeiro, intitulado **“‘União e olho bem vivo’ – luta política na imprensa brasileira: o jornal Astréa e o exilado Silva Maia (1821-1830)”**, Luiz Gustavo Martins da Silva analisa as disputas políticas no periodismo a partir dos conflitos de identidade entre brasileiros e portugueses, tema que estava longe de se esgotar no imediato pós-independência. Como demonstra o autor, o abrigo concedido por d. Pedro I aos exilados liberais portugueses aumentou os conflitos antilusitanos no Brasil. Conflitos estes que se arrastaram até o momento da abdicação de d. Pedro I. Por meio da

¹ SILVA, Flaviana Aparecida da. Diário de uma viagem ao Brasil: a narrativa de Maria Graham sobre o processo de independência (1821-1823). *Revista Historiar*, v. 14, n. 27, 2022. p. 72.

análise do jornal Astréa e da trajetória do exilado “português-brasileiro-liberal” Silva Maia, o autor evidencia estas disputas político-identitárias na imprensa.

Já no artigo de Myriam Paula Barbosa Pires, “***Irmãos, como que é chegada a hora de despertar do sono: relações ardidadas entre o ‘Malagueta’ e José Bonifácio***”, a autora discorre sobre a trajetória de Luiz Augusto May, redator do periódico “A Malagueta”. Sua análise centra-se na atuação de May no contexto da independência, no qual buscava articular o seu papel de periodista (responsável por esclarecer e guiar a opinião pública), com os seus projetos pessoais de obtenção de cargos e ascensão social. Nos moldes de uma história social da política, Myriam descortina a relação ambígua e conflituosa do redator com o ministro José Bonifácio, permitindo-nos refletir acerca dos limites da liberdade de imprensa no contexto inicial de formatação do Estado nacional brasileiro e a forma como os indivíduos atuaram nesse cenário conturbado.

No contexto das comemorações do centenário da Independência em 1922 proliferaram diferentes perspectivas sobre os significados desse evento histórico. Também foram múltiplas as interpretações que buscavam entender e definir o que era o Brasil e o brasileiro. Porém, assim como o processo de independência precisa ser pensado na sua pluralidade, também as comemorações do centenário precisam ser entendidas a partir de uma lente multifocal, que busque perceber como diferentes regiões e localidades, assim como grupos sociais (atravessados pelas distinções de raça, gênero e classe), receberam, discutiram e se apropriaram dessas comemorações a partir das suas realidades históricas.

Nesse sentido, o texto “**Estupendas festas: as comemorações do Centenário da Independência do Brasil na cidade de Granja-Ceará**”, de Edinailson Passos, visa apresentar como foram assimilados os projetos e discursos nacionais na programação local de Granja. Através da análise do livro de tombo da paróquia e das atas das seções da Câmara Municipal, Edinailson demonstra como a elite local também mobilizava o discurso nacional para seus propósitos através do jogo, consciente, de lembrança e esquecimento. Dessa forma, as comemorações do centenário também podiam ser adaptadas para reforçar os poderes e projetos de uma elite local. Além disso, o autor ainda nos traz a análise das correspondências de mulheres da elite local com o primogênito da família, Lívio Xavier, futuro jornalista e crítico literário, que residia no Rio de Janeiro no período. Por meio das correspondências o autor discute as

impressões, trocas, expectativas das pessoas em relação às comemorações, enfatizando a maneira como as mulheres percebiam este momento cívico.

Já no artigo intitulado “**Entre o *Zikonahiti* e o *Football*: a pátria em jogo nos jornais da capital federal no Centenário da Independência (1922)**”, de Bruna Lacerda e Alessandro Possati, os autores discutem os motivos que levaram o Estado Brasileiro a expor o *zikonahiti* – prática ritualística dos indígenas *Halíti* (Paresí) – durante as comemorações do centenário em 1922. Nesse contexto, no qual se pretendia forjar ou reforçar os laços identitários do “ser brasileiro”, houve a inclusão dos povos indígenas em um modelo de brasilidade. Tal inclusão se efetuou de modo generalista, hierárquico e limitado, além de buscar dotar práticas tidas por “exóticas” com um sentido “Europeu” ou “ocidental”. Daí as relações e comparações estabelecidas pela imprensa com o *football* europeu. As duas práticas foram, então, medidas e avaliadas em termos de “nacionalidade” e “civildade”. A exposição do *zikonahiti*, para os jornais da época, e segundo os autores, foi tomada como uma prática “demasiadamente indígena”. Apesar do potencial de se tornar um esporte nacional (simbólica e identitariamente), parecia não ser suficientemente “civilizada”, especialmente a partir das noções de “competividade” e de “sentido” advindas do continente Europeu.

Alexia de Santana Rosa, no texto “**O Centenário da Independência e o Morro do Castelo: manutenção da paisagem e da memória urbana**”, também se dedica a entender os dilemas e conflitos colocados no contexto das comemorações da Independência. Sua proposta, no entanto, direciona-se para pensar como o centenário acompanhava de perto os discursos do progresso e da modernidade que se processavam no Rio de Janeiro desde o início do século XX. Com base no atrelamento de um modelo de nacionalidade com discursos higienistas e reformistas, as comemorações para o centenário implicaram na – ou justificaram a – demolição de milhares de casas e cortiços do Morro do Castelo, espaço fundamental de vivências, experiências, sociabilidades e memórias. A ideia de uma “limpeza” urbana destinada à construção do “ser nacional” operava por meio de uma dupla violência, física e simbólica, contra as classes populares, cujo papel no interior dessa definição de nacionalidade sempre ocupou um papel ambíguo, para dizer o mínimo.

O dossiê ainda conta com cinco artigos livres. Abrindo esta seção, temos o artigo “**Os mundos do trabalho: relações de controle social no cariri cearense em**

meados do século XIX”, de Francisco Leonardo Silva Alencar, que tem por objetivo discutir as mudanças no mundo do trabalho na segunda metade do século XIX na região do Cariri cearense, bem como a forma como a elite senhorial adaptou-se a um novo contexto, desenvolvendo novas formas de controle social.

A reinserção de brasileiros retornados do Paraguai para a região oeste do Paraná é o tema estudado por Vanucia Gnoatto no artigo **“Eu tô com um pé aqui [BR] e outro lá [PY], eu tô lá, minha vida é lá’: retornos de brasileiros do Paraguai e suas estratégias na fronteira”**. Por meio da história oral a autora analisa a questão do território a partir das migrações e a forma como esses imigrantes criaram redes e estratégias racionais e emocionais para adaptação no novo território.

Jaciara Azevedo e Paulo Sérgio, no texto **“Através de um ‘simples clique’: uma abordagem digital da historiografia ferroviária cearense”**, realizam uma análise da historiografia ferroviária do Ceará, bem como discutem os dilemas do fazer histórico na era digital, processo praticamente incontornável, mas que deve ser refletido, pensado, planejado de forma a garantir que suas potencialidades se efetivem como fontes de conhecimento histórico.

No artigo **“Sertão arcaico, cinema novo: a representação sertaneja na década de 1960”**, de Heverton Guedes e Patrícia Pinheiro, discute-se os modos como a primeira fase do Cinema Novo construiu uma imagem engessada do sertão que repercute ainda hoje: uma imagem de um território feio e esfomeado. A estética da miséria teria consequências políticas na medida em que a única libertação possível seria a violência. O sertão, “miserável”, seria o primeiro palco para a revolução.

Ariana Mara da Silva, por sua vez, no artigo **“Coisas do meu pessoal (1977): uma análise da capa e contracapa do disco de Leci Brandão”**, por meio da teoria decolonial examina a capa e a contracapa do disco de Leci Brandão, tomados como documento histórico. Por meio dessa investigação a autora realiza indagações a respeito da sociedade brasileira do período, refletindo sobre questões relacionadas à ancestralidade, memória, coletividade, tecnologias, construção de discursos e identidade.

O dossiê conta também com uma resenha de José Airton Ferreira da Costa Júnior, chamada **“Um caleidoscópio republicano”**, na qual apresenta o livro organizado pelas historiadoras Lilian Moritz Schwarcz e Heloísa Murgel Starling,

“Dicionário da República: 51 textos críticos”, publicado pela editora Companhia das Letras em 2019.

Por fim, temos a satisfação de trazer aos leitores uma entrevista com o professor João Paulo Garrido Pimenta sobre a independência do Brasil e o bicentenário. O caráter revolucionário da independência; os conceitos políticos no contexto das revoluções atlânticas; a pluralidade dos processos regionais e locais durante a independência; o “mito do Brasil pacífico”; e as comemorações do bicentenário são alguns dos temas tratados nessa entrevista.

Desejamos a todos e todas uma excelente leitura.

Renato de Ulhoa Canto Reis
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral.